

ELEIÇÕES

Ato de campanha no 7 de Setembro

Mais uma vez, Bolsonaro utilizará a data — que, neste ano, festeja o bicentenário da Independência — para mobilizar a base

» TAÍSA MEDEIROS
» CRISTIANE NOBERTO

Marcos Correa/PR - 7/9/21



No 7 de Setembro do ano passado, Bolsonaro fez questão de chegar ao desfile militar em Brasília no Rolls Royce presidencial e com a faixa no peito

Em 2018, o então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro utilizava o 7 de Setembro como oportunidade para açular homens e mulheres contrários aos 14 anos de governos do PT. Na época, chegou a dizer que iria “mandar” os petistas para a “ponta da praia”, local onde os torturadores, durante a ditadura militar, jogavam os cadáveres dos inimigos do regime.

Cinco anos depois, tentando manter sua cadeira no Palácio do Planalto, Bolsonaro já tem planos de utilizar novamente o Dia da Independência como palanque à reeleição. “É também um apoio a um possível candidato que esteja disputando. E isso está mais do que claro. E é uma demonstração pública de que grande parte da população apoia um certo candidato, enquanto o outro lado do outro candidato não consegue juntar gente em lugar nenhum do Brasil”, disse o presidente, em entrevista.

Neste ano, porém, fatores únicos marcam a data: o feriado festejará os 200 anos da Independência do Brasil em relação à Coroa portuguesa, e ocorrerá a menos de um mês do primeiro turno de uma eleição presidencial marcada pela polarização. Além disso, também haverá o retorno dos desfiles militares, que foram suspensos por dois anos devido à pandemia, o que deverá atrair mais pessoas para os locais dos festejos.

Na mesma entrevista, Bolsonaro confirmou que haverá manifestações políticas. “O que está sendo organizado, por exemplo, é o 7 de Setembro. É onde a presença do povo estaria dando uma manifestação de que lado eles estão. Eles querem aproveitar a data para ter uma grande concentração, por exemplo, em

São Paulo, nas capitais, e aqui em Brasília”, disse.

Apesar da declaração do presidente deixar claro que pretende fazer da data mais um dia de tumulto, a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) afirma que Bolsonaro falou que “a população poderia fazer uma manifestação, e não que ele convidaria”.

“A manifestação do 7 de Setembro ocorre todos os anos há uma década e, este, comemoramos o bicentenário da Independência. Portanto, é natural que tenhamos um evento com grande participação popular”, minimizou.

O vice-presidente da Câmara e aliado de Bolsonaro, Lincoln Portela (PL-MG), também

ressalta que é “natural que as pessoas façam manifestações”. E enfatizou que serão atos pacíficos. “Nunca tivemos manifestações nossas de pessoas irem armadas, de terem confronto com a polícia, ou de grupos ideológicos se digladiando. Colocar o que colocamos na Avenida Paulista pacificamente, o que colocamos



Flertar com uma tentativa de golpe pode até anabolizar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a migração para voto útil já no primeiro turno

Leandro Consentino,
cientista político do Inspere

em Brasília pacificamente, não existe em lugar nenhum do mundo”, disse, referindo-se aos atos de 2021.

O cientista político do Inspere Leandro Consentino avalia que os atos planejados por Bolsonaro são pensados de forma estratégica, para gerar a sensação de que há apoio popular. “Flertar com uma tentativa de golpe pode até anabolizar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a migração para voto útil já no primeiro turno”, analisou.

Para o mestre em ciência política e professor do Ibmec-DF Danilo Moraes, Bolsonaro não possui uma agenda que mobilize as massas. “A estratégia de emular o 7 de Setembro como um ato golpista evoca a dificuldade de lotar as ruas”, explicou.

Ameaças desde o começo

Nos últimos quatro anos, o presidente Jair Bolsonaro (PL) utilizou o 7 de Setembro para mobilizar suas bases. Pelo que se percebe das declarações que tem dado, em 2022 não será diferente

EPA



2018

Então pré-candidato à Presidência da República colocava mais fogo sobre o discurso antipetista. Em uma transmissão nas redes sociais, Bolsonaro começou sua manifestação dizendo que representava o povo. “Nós somos a maioria. Nós somos o Brasil de verdade”. E ameaçou: “Petralhada, vão todos vocês para a ponta da praia” (termo usado na ditadura militar quando os torturadores se desfaziam dos corpos das vítimas do regime).

2019

Bolsonaro convocou o primeiro ato como presidente: “A gente apela para quem está nos ouvindo, para quem está em Brasília, para quem, porventura, estiver no Rio de Janeiro ou em São Paulo, que compareça de verde e amarelo, que é para mostrar para o mundo que aqui é o Brasil, que a Amazônia é nossa”.

2020

Não houve desfile por conta da pandemia de covid-19. Mas Bolsonaro e a mulher, Michelle, se

aproximaram de apoiadores que estavam nas grades do Palácio do Planalto, gerando aglomeração. Houve protestos na Esplanada dos Ministérios tanto de apoiadores quanto da oposição ao presidente.

2021

O primeiro ato antidemocrático por parte de Bolsonaro como presidente. “Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança” (...) “não vamos mais admitir pessoas como Alexandre de Moraes continue a açoiar a nossa

democracia e desrespeitar a nossa Constituição” (...) “e dizer aqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá. Dizer aos canalhas que nunca serei preso”.

2022

Em ritmo de campanha, Bolsonaro já planeja utilizar o bicentenário da República como palanque eleitoral. “É uma demonstração pública de que grande parte da população apoia um certo candidato, enquanto o outro lado do outro candidato não consegue juntar gente em lugar nenhum do Brasil”.

Lula e a ideia fixa sobre a regulação

» VINICIUS DORIA

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pré-candidato da coligação PT-PSB à Presidência nas eleições deste ano, retomou de forma mais constante a defesa de uma bandeira que o acompanha desde a primeira vez que disputou o cargo, em 1989: a regulação dos meios de comunicação — também tratada no jargão da esquerda como controle social da mídia. Em declarações recentes, ele voltou a criticar a concentração econômica do setor.

Na quarta-feira da semana passada, em entrevista, Lula declarou que esse assunto deverá ser objeto de debates com a sociedade civil e com o Poder Legislativo, reduzindo o papel do chefe do Executivo. “Quem vai regular é a sociedade brasileira, não será o presidente da República”, disse. Mas, em agosto do ano passado, em entrevista concedida em São Luís, Lula declarou “compromisso público de que vamos fazer um novo marco regulatório dos meios de comunicação”.

A proposta de regulação da mídia foi reapresentada pelo PT ao grupo de trabalho interpartidário que elaborou o plano de governo da chapa Lula-Alckmin, mas, na versão final do documento, a tese foi amenizada. Elaborada pela Fundação Perseu

Abramo, ligada ao PT, a proposta inicial pregava que “a liberdade de expressão não pode ser privilégio de alguns setores, mas um direito de todos”.

Segundo participantes do grupo de trabalho que elaborou a versão final do documento, o tema sequer chegou a ser posto em debate pelos partidos aliados. Mas, após passar pela avaliação de Lula e de seu pré-candidato a vice, Geraldo Alckmin, o texto foi alterado e divulgado sem o trecho que tratava da concentração econômica. Foi incluída, porém, na versão definitiva, uma salvaguarda ao trabalho jornalístico. O plano preconiza que “a democracia clama pela mais ampla liberdade de imprensa”.

Mesmo assim, Lula mantém a opinião de que a concentração econômica do setor deve ser objeto de discussão no próximo governo. “Jornal e revista são problemas do dono, faça o que quiser, escreva o que quiser. Mas, àquela mídia que é uma concessão do Estado, é preciso que a gente coloque a sociedade para discutir como é que pode democratizar melhor”, sugere.

Tema contemporâneo

Para o jornalista e doutor em Comunicação Eugênio Bucci, um dos responsáveis pela inclusão do tema na segunda campanha

Breno Fortes/CB/D.A Press



Bucci: a ideia de regulação proposta por Lula está equivocada. Para ele, importante é acompanhar redes sociais

de Lula à Presidência, em 1994, o ex-presidente ainda está olhando para o passado. E ressalta que esse não é um debate entre esquerda e direita, “é da democracia”.

Bucci lembra que a mídia é regulada em países como Estados Unidos, Canadá e na maior parte da União Europeia — e que a Constituição, a partir do artigo 220, também prevê a regulamentação e posterior regulação do setor. Mas não pelos motivos que costumam ser mencionados, como a concentração econômica.

“A pessoa reclama que a mídia é controlada por nove ou 10

famílias e, depois, posta as críticas no Twitter ou no Facebook. Isso não faz sentido”, disse Bucci, que é um crítico do monopólio global das chamadas “big techs” que são controladas “geralmente, por uma única pessoa”.

Ele lista, ainda, mais dois “gargalos” que deveriam ser objeto de regulamentação e regulação. O primeiro, a “ausência de fronteiras claras” entre igrejas e veículos de comunicação. “Igreja é instituição, mídia é negócio. Não pode haver transfusão de interesses ou de recursos entre as duas”, aponta.

No caso da concentração

econômica, o acadêmico indica que o gargalo está nos mercados regionais. “É preciso ter limites claros para concentração de propriedade. Em uma cidade não pode haver uma única pessoa que controle todos os meios”, observa.

Patrícia Blanco, presidente do Instituto Palavra Aberta — ONG que acompanha a agenda da comunicação no país —, concorda que o debate “precisa ser trazido para o tempo presente”. Ela só não acredita que este seja o momento ideal, dada a polarização política no país, ainda mais acirrada pelo período pré-eleitoral.

Blanco lembra que a mídia,



A pessoa reclama que a mídia é controlada por nove ou 10 famílias e, depois, posta as críticas no Twitter ou no Facebook. Isso não faz sentido

Eugênio Bucci, doutor em Comunicação Social, preocupado com o monopólio das redes sociais

hoje, é bem diferente da que era menos de uma década atrás. “Os veículos de imprensa, por exemplo, já não são mais os formadores da opinião pública. O debate, hoje, está no Twitter, no Facebook, que são monopolistas. É preciso reduzir o calor do momento para que a discussão avance”, disse.

Ela lembra a ameaça do rápido avanço das notícias falsas no ambiente digital. “O debate das fake news foi contaminado pela polarização. Temos muito mais problemas com as redes sociais nas questões sobre pluralidade e diversidade, e vezes que não são responsabilizadas pelos danos que causam. Não podemos cair na tentação de regular o que não deve ser regulado”, explicou.